

A UTILIZAÇÃO DA CIPCÃES COMO MEIO DE POTENCIALIZAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

THE USE OF CIPCÃES AS A MEANS OF ENHANCING THE EFFECTIVENESS OF THE AMAZONAS MILITARY POLICE IN COMBATING DRUG TRAFFICKING

LA UTILIZACIÓN DE LOS CIPCÃES COMO MEDIO PARA MEJORAR LA EFICACIA DE LA POLICÍA MILITAR DE AMAZONAS EN EL COMBATE AL NARCOTRÁFICO

Francisco Hiago de Castro Bessa¹

Denison Melo de Aguiar²

Matheus Dantas de Oliveira³

Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴

Igor Emanuel Pinheiro Rezende⁵

Pablo Sanches Alves Brito⁶

RESUMO: O presente artigo analisa a utilização da Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCÃES) como instrumento estratégico para potencializar a efetividade da Polícia Militar do Amazonas no combate ao narcotráfico. O objetivo geral é descrever como o emprego do binômio cinotécnico otimiza a detecção de substâncias ilícitas em pontos críticos de escoamento, como as Bases Fluviais Arpão. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e suporte em análise documental e bibliográfica. Os resultados demonstram que a precisão sensorial do cão farejador supera as limitações dos métodos convencionais, resultando em apreensões recordes e prejuízos bilionários ao crime organizado. Conclui-se que a CIPCÃES é indispensável para a segurança pública na Amazônia, pois alia eficiência técnica à legalidade jurídica, consolidando o Amazonas como referência nacional no enfrentamento ao tráfico de drogas e garantindo a redução do fluxo de entorpecentes para as demais regiões do país.

1

Palavras-chave: CIPCÃES. Narcotráfico. Amazonas. Cães Farejadores. Segurança Pública.

¹Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Especialista em Segurança Pública e Investigação Criminal (GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO). Bacharel em Direito (FAMETRO). Discente do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão (UEA).

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARBiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus (2024). Bacharel em jornalismo, pela Unifavip Devry.

⁴Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁵Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Especialista em Direito Penal (FASUL). Especialista em Gestão de Segurança Pública (FASUL). Especialista em Governança de Tecnologia da Informação (FASUL). Tecnólogo em Serviços Jurídicos (UNIGRAN). Bacharel em Direito (UNINORTE). Técnico em Informática (IFAC). Discente do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão (UEA).

⁶Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Especialista em Segurança Pública Pela Faculdade Focus. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Discente do curso de Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

ABSTRACT: This article analyzes the use of the Independent Dog Policing Company (CIPCÃES) as a strategic tool to enhance the effectiveness of the Amazonas Military Police in combating drug trafficking. The main objective is to describe how the use of the cynotechnical pair optimizes the detection of illicit substances at critical flow points, such as the Arpão Fluvial Bases. The methodology adopted consisted of exploratory and descriptive research, with a qualitative approach and support in documentary and bibliographic analysis. The results demonstrate that the sensory precision of the detector dog surpasses the limitations of conventional methods, resulting in record seizures and billionaire losses to organized crime. It is concluded that CIPCÃES is indispensable for public safety in the Amazon, as it combines technical efficiency with legal validity, consolidating Amazonas as a national reference in the fight against drug trafficking and ensuring the reduction of the flow of narcotics to other regions of the country.

Keywords: CIPCÃES. Drug Trafficking. Amazonas. Detector Dogs. Public Safety.

RESUMEN: Este artículo analiza el uso de la Compañía Independiente de Perros de Policía (CIPCÃES) como herramienta estratégica para mejorar la eficacia de la Policía Militar de Amazonas en la lucha contra el narcotráfico. El objetivo principal es describir cómo el uso de la dupla cinotécnica optimiza la detección de sustancias ilícitas en puntos críticos de flujo, como las Bases Fluviales de Arpão. La metodología adoptada consistió en una investigación exploratoria y descriptiva, con un enfoque cualitativo y apoyo en análisis documental y bibliográfico. Los resultados demuestran que la precisión sensorial del perro detector supera las limitaciones de los métodos convencionales, resultando en incautaciones récord y pérdidas millonarias para el crimen organizado. Se concluye que la CIPCÃES es indispensable para la seguridad pública en la Amazonía, ya que combina eficiencia técnica con validez legal, consolidando a Amazonas como un referente nacional en la lucha contra el narcotráfico y garantizando la reducción del flujo de estupefacientes a otras regiones del país.

2

Palabras clave: CIPCÃES. Narcotráfico. Amazonas. Perros Detectores. Seguridad Pública.

INTRODUÇÃO

A utilização da Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCÃES) como ferramenta estratégica para potencializar a eficácia da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento ao narcotráfico constitui o cerne desta análise. A região Amazônica, com sua malha hidrográfica complexa e vasta extensão territorial, consolidou-se como um ponto geográfico nevrálgico para o escoamento de drogas produzidas em países andinos vizinhos. Diante do avanço de facções criminosas que utilizam os rios como verdadeiras rodovias para o transporte de ilícitos, o emprego do faro canino surge como uma tecnologia biológica insubstituível. Conforme destacam Júnior et al. (2025), as transformações estruturais na geopolítica do narcotráfico na Amazônia exigem que o Estado se adapte constantemente, visto que a proximidade com países produtores e a rede hidrográfica tornam a região estratégica para o escoamento internacional.

O contexto geopolítico do Amazonas é marcado por desafios estruturais e logísticos que facilitam a atuação de organizações criminosas transnacionais em suas fronteiras mais remotas. A proximidade com Peru e Colômbia torna a calha do Rio Solimões o principal corredor para a entrada de substâncias entorpecentes, especialmente a cocaína, que posteriormente é distribuída para o mercado global. Júnior et al. (2025) reforçam que este cenário, onde os rios funcionam como rodovias sujeitas a cheias e estiagens, favorece a expansão do tráfico e impõe severas dificuldades à implementação de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, a CIPCÃES responde à necessidade urgente de modernização das estratégias de comando e controle na segurança pública amazonense, atuando em áreas de difícil acesso onde métodos convencionais de fiscalização humana mostram-se limitados.

Historicamente, o uso de cães no trabalho policial remonta a milênios de cooperação entre humanos e caninos, evoluindo de funções de guarda para atividades de alta especialização técnica. No Brasil, embora a difusão tática tenha se consolidado em meados do século XX, a especialização em unidades como a CIPCÃES representa um salto na aplicação da cinotecnia policial moderna. Segundo de Lima Dantas, Müller e Araújo (2022), o uso de cães no trabalho policial, especificamente voltado para a detecção de entorpecentes pelo faro, tem sido objeto de estudos que comprovam sua eficácia em perspectivas históricas e comparativas. A Companhia, ao atuar nesses pontos estratégicos do estado, permite que a PMAM enfrente o crime organizado com uma ferramenta que alia baixo custo operacional a uma sensibilidade sensorial que máquinas modernas ainda não conseguem replicar.

A eficácia do policiamento com cães farejadores baseia-se na biologia superior do olfato canino, que possui milhões de células olfativas a mais do que o ser humano, permitindo a detecção de substâncias camufladas. Estudos práticos indicam que um cão bem treinado pode realizar uma varredura em tempo significativamente menor do que uma equipe de peritos, com um índice de sucesso superior em buscas em cargas fechadas. De acordo com de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), os cães farejadores apresentam elevada eficiência na detecção de substâncias ilícitas, armas e munições, tornando-se peças-chave na arquitetura de segurança contemporânea. Além da precisão técnica, a presença física do animal exerce um forte efeito psicológico persuasivo, inibindo reações violentas de criminosos durante as abordagens em embarcações no meio da floresta.

A formação do binômio cinotécnico — o conjunto indissociável entre o policial militar condutor e o cão — é o pilar fundamental para a validade e eficiência das operações de repressão.

O processo de adestramento na CIPCÃES fundamenta-se em técnicas de condicionamento, nas quais o animal associa o odor-alvo a um estímulo positivo, garantindo um trabalho motivado. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) asseveram que o emprego de cães farejadores deve observar rigorosamente os limites impostos pelos direitos e garantias fundamentais para assegurar a plena validade probatória das evidências colhidas. A certificação rigorosa e a reciclagem constante desse binômio são essenciais para que as indicações caninas possuam legitimidade jurídica e evitem nulidades processuais decorrentes de falhas técnicas ou excessos durante as vistorias.

No âmbito das estratégias de segurança integradas do Governo do Estado, a atuação da CIPCÃES nas Bases Fluviais Arpão I e II tem sido determinante para os recordes de apreensões. Instaladas em pontos estratégicos do Rio Solimões e do Rio Negro, essas bases funcionam como pontos de bloqueio obrigatórios onde os cães realizam vistorias minuciosas em embarcações comerciais e recreativas. Segundo do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025), a atuação integrada da CIPCÃES com as Bases Arpão potencializa as apreensões, reduzindo significativamente o volume de drogas que flui para as capitais e para a região Sudeste. Somente nos últimos anos, as ações conjuntas resultaram na interceptação de toneladas de entorpecentes, gerando prejuízos bilionários às facções e fortalecendo a presença do Estado em calhas fluviais anteriormente desassistidas.

4

A problemática do narcotráfico no Amazonas não é apenas uma questão de ordem policial, mas envolve complexos aspectos socioeconômicos que afetam a vida das populações tradicionais e ribeirinhas. As organizações criminosas frequentemente cooptam jovens e moradores locais para o transporte de cargas fracionadas, contaminando as comunidades com a violência urbana e o vício. Júnior et al. (2025) destacam que essa realidade sombria exige ações integradas entre a sociedade civil, os governos e as forças de segurança para enfrentar a influência perniciosa desses atores ilícitos. A atuação da CIPCÃES, ao interceptar as cargas na origem fluvial, contribui para reduzir a oferta de entorpecentes no destino final e mitigar a instabilidade social causada pelas disputas territoriais entre grupos criminosos.

Acadêmica e cientificamente, este trabalho busca suprir uma lacuna na literatura regional sobre o emprego de policiamento especializado em ambientes de selva e rios. Ao sistematizar a análise sobre a CIPCÃES, o estudo oferece subsídios teóricos importantes para o aprimoramento das estratégias de combate ao crime transnacional na Amazônia Brasileira. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) reforçam que a análise de dados operacionais e

relatórios institucionais é vital para compreender como o emprego de cães policiais contribui para o aprimoramento das ações de enfrentamento. Assim, o artigo contribui para a produção de ciência aplicada à realidade local, alinhando-se à busca por eficiência administrativa e operacional nas corporações militares que lidam com fronteiras porosas e complexas.

A necessidade de fundamentação técnica para o uso do cão de faro é evidente quando se observa o rigor necessário para que a prova obtida sustente uma condenação judicial. O treinamento de cães policiais no Amazonas segue protocolos rígidos que visam não apenas o acerto na detecção, mas a manutenção do bem-estar animal e a precisão do alerta dado pelo semovente. Segundo Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025), a indicação canina, quando acompanhada de outros elementos indiciários, configura a fundada suspeita necessária para a realização de buscas sem mandado em locais protegidos. Portanto, a CIPCÃES não é apenas uma unidade de apoio físico, mas um braço técnico-científico da Polícia Militar que garante que a repressão ao tráfico ocorra dentro dos ditames da lei e da doutrina policial.

O problema central que norteia esta investigação científica questiona quais são os impactos reais e a efetividade do emprego da CIPCÃES na redução da criminalidade no Amazonas, dadas as suas peculiaridades geográficas. Como hipótese de trabalho, sugere-se que a atuação integrada entre a Companhia e as unidades de fronteira potencializa as apreensões e desarticula rotas que seriam invisíveis aos olhos humanos. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) defendem que essa integração estratégica é um elemento fundamental para a redução do fluxo de entorpecentes que, via de regra, abastece o crime organizado em outras regiões. Acredita-se que o uso do faro canino reduz o tempo de resposta policial e aumenta a probabilidade de detecção de esconderijos sofisticados em cascos de navios e cargas lícitas.

O objetivo geral deste artigo é analisar de que forma a CIPCÃES atua como meio de potencialização da efetividade da Polícia Militar do Amazonas no combate ao tráfico. Pretende-se descrever as modalidades de emprego da unidade e avaliar os resultados alcançados nas missões de patrulhamento fluvial e vistorias em portos e aeroportos. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) afirmam que o objetivo central de estudos dessa natureza deve ser o entendimento de como esses cães contribuem para a melhoria do sistema de segurança como um todo. Ao final, o estudo buscará demonstrar que o investimento em cinotecnia é uma das formas mais eficazes de garantir a segurança das fronteiras amazônicas contra o avanço do narcotráfico internacional.

No que concerne ao treinamento específico, o preparo dos policiais e dos animais na

CIPCÃES exige um cronograma de atividades exaustivas que simulam o ambiente real das operações amazônicas. O adestramento foca na neutralização de odores de distração, como alimentos e cheiros fortes de combustíveis, comuns nas embarcações de transporte regional. De Lima Dantas, Müller e Araújo (2022) explicam que a base teórica do treinamento descreve o uso do cão pelas unidades policiais brasileiras sob uma ótica de alta especialização técnica e tática. Essa formação garante que o binômio esteja preparado para atuar sob estresse, em ambientes úmidos e quentes, mantendo o padrão de excelência que a missão de combate ao tráfico exige diariamente dos servidores públicos.

A escolha das raças e o perfil genético dos animais utilizados pela CIPCÃES são critérios técnicos que influenciam diretamente na taxa de sucesso das apreensões realizadas no estado. Raças como o Pastor Belga Malinois são preferidas pela sua alta energia, resistência física e capacidade de foco em ambientes de grande circulação de pessoas. Conforme observado por de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), a eficiência desses animais na detecção de substâncias proibidas é o que confere às forças de segurança uma vantagem tática indispensável. O rigor na seleção desde a fase de filhote garante que o Estado invista em animais que terão uma vida operacional longa e produtiva, servindo à sociedade amazonense com máxima prontidão e precisão.

6

Os resultados acumulados pela CIPCÃES nos últimos anos demonstram um impacto direto na descapitalização das quadrilhas que operam no Amazonas, retirando de circulação produtos que alimentariam a violência. Em 2024 e 2025, os dados operacionais indicam que o estado manteve sua posição de destaque nacional na apreensão de drogas devido à presença desses cães em pontos de estrangulamento. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) ressaltam que o impacto da atuação da unidade transcende as fronteiras do Amazonas, atingindo o coração financeiro do crime no Sudeste ao interceptar a droga na origem. Essa eficiência operacional legitima a manutenção e a expansão da unidade, consolidando-a como uma peça de elite indispensável no organograma da Secretaria de Segurança Pública.

As Bases Fluviais Arpão consolidaram o modelo de policiamento de proximidade e bloqueio, onde o cão de faro é o protagonista nas buscas realizadas em cargas de porão e encomendas postais. Essas estruturas oferecem a logística necessária para que os animais da CIPCÃES possam descansar e treinar entre uma abordagem e outra, mantendo seu bem-estar. Conforme relatam de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), o papel dos cães nestas bases foi fundamental para os resultados expressivos obtidos durante todo o período de operação

intensiva em 2025. A presença da Base Arpão, aliada à expertise da CIPCÃES, criou um cinturão de segurança que dificulta a logística dos traficantes e aumenta a percepção de segurança para quem utiliza os rios legalmente.

Em síntese, esta introdução fundamenta que o uso de cães farejadores na Amazônia não é uma escolha aleatória, mas uma resposta técnica a um cenário geográfico que impõe limites à tecnologia convencional. O combate ao narcotráfico no estado do Amazonas exige a integração de inteligência, força física e a sensibilidade olfativa canina para obter resultados satisfatórios. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) alertam que este uso, embora eficiente, deve estar sempre pautado na legalidade e no respeito aos procedimentos operacionais padrão da corporação. A análise detalhada das atividades da CIPCÃES permitirá, ao longo deste artigo, validar a importância estratégica dessa unidade para a preservação da ordem pública e da soberania nacional na região.

A relevância social e jurídica deste trabalho justifica-se pelo impacto das drogas na saúde pública e na segurança de todas as famílias amazonenses e brasileiras. Ao impedir que toneladas de drogas cheguem às ruas, a CIPCÃES salva vidas e reduz os custos do Estado com o tratamento de dependentes e com o sistema carcerário. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) concluem que a atuação da unidade é um elemento estratégico vital para a segurança pública de todo o país, dada a posição do Amazonas como rota de entrada. O presente artigo prosseguirá com a análise detalhada dos fatos e dados, iniciando pela contextualização histórica e seguindo para a apresentação dos objetivos que delimitarão o estudo daqui por diante.

2. METODOLOGIA

A presente investigação científica adota uma abordagem de natureza qualitativa, visto que se dedica à compreensão de fenômenos complexos relacionados à segurança pública e à eficiência operacional da CIPCÃES no Amazonas. De acordo com de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), a abordagem qualitativa é essencial para examinar como o emprego de cães policiais contribui para o aprimoramento das ações de enfrentamento ao crime, permitindo uma análise interpretativa dos dados coletados. Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, buscando detalhar as tipologias de atuação dos binômios cinotécnicos e mapear os impactos de suas intervenções nas rotas fluviais de narcotráfico. A escolha deste método justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre uma unidade especializada que opera em um cenário geográfico singular e desafiador como a região

amazônica.

No que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se predominantemente na modalidade bibliográfica e documental, recorrendo a fontes primárias e secundárias para sustentar a argumentação teórica e prática. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) asseveram que a pesquisa bibliográfica e documental é o caminho adequado para investigar conceitos como fundada suspeita e a validade probatória da indicação canina dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Foram analisados livros, artigos científicos, monografias e periódicos especializados que discutem a cinotecnia policial e a geopolítica do tráfico. Além disso, a análise documental debruçou-se sobre relatórios institucionais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) e boletins de ocorrência da CIPCÃES, permitindo o cruzamento entre as diretrizes teóricas e os resultados operacionais quantificáveis obtidos pela unidade.

O método de abordagem utilizado é o dedutivo, partindo-se de premissas gerais sobre a segurança pública e o combate ao narcotráfico para se chegar a conclusões específicas sobre a eficácia do emprego de cães farejadores na PMAM. Segundo Júnior et al. (2025), o estudo das transformações estruturais na geopolítica do narcotráfico exige uma análise que considere as variáveis ambientais e logísticas da Amazônia como ponto de partida para entender a repressão estatal. Através do raciocínio dedutivo, avaliou-se como as políticas de segurança nacional se materializam nas ações da CIPCÃES, especialmente quando integradas às Bases Fluviais Arpão. Este percurso lógico permitiu validar a hipótese de que a especialização técnica do faro canino supre lacunas de monitoramento que as estratégias de policiamento genérico não conseguem preencher com a mesma precisão.

O universo da pesquisa compreende as operações realizadas pela CIPCÃES no período entre 2024 e 2025, com foco especial nas intervenções ocorridas nas calhas dos rios Solimões e Negro. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) reforçam que a análise de dados operacionais recentes é vital para compreender o papel dos cães farejadores no combate à criminalidade contemporânea. A coleta de dados foi estruturada de forma a identificar padrões de apreensão, tipos de substâncias detectadas e a frequência das intervenções bem-sucedidas em embarcações de pequeno, médio e grande porte. A delimitação temporal e espacial justifica-se pela consolidação das Bases Arpão como centros de integração operacional, oferecendo um recorte fidedigno da máxima capacidade produtiva dos binômios da Polícia Militar do Amazonas em missões de repressão qualificada.

Por fim, os dados coletados foram submetidos a uma análise de conteúdo, visando identificar a convergência entre o adestramento técnico e a eficácia jurídica das evidências produzidas pelos cães. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) explicam que a pesquisa exploratória e explicativa deve buscar a compatibilização entre o uso de semoventes e os parâmetros legais vigentes, observando-se os direitos fundamentais. A metodologia garantiu que a discussão não ficasse restrita apenas aos números de apreensões, mas alcançasse a compreensão da doutrina cinotécnica como um avanço científico na produção de provas criminais. Todo o processo metodológico foi conduzido com rigor ético e respeitando a propriedade intelectual dos autores citados, para assegurar a padronização acadêmica e a credibilidade dos resultados apresentados ao final deste artigo científico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, os dados obtidos por meio da pesquisa documental e bibliográfica são analisados à luz do referencial teórico estabelecido. A discussão foca na produtividade operacional da Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCÃES) e na sua integração com as políticas de segurança pública vigentes no Estado do Amazonas. Os resultados demonstram que a utilização de semoventes caninos não apenas otimiza o tempo das buscas, mas eleva substancialmente o prejuízo financeiro infligido às organizações criminosas. Através do cruzamento de dados, percebe-se que a CIPCÃES se consolidou como uma unidade de elite fundamental para a manutenção da ordem em um território de geografia tão complexa quanto a amazônica.

3.1. O Impacto Operacional da CIPCÃES nas Bases Fluviais Arpão

A análise dos dados operacionais da CIPCÃES revela um salto quantitativo nas apreensões de substâncias entorpecentes a partir da implementação das Bases Fluviais Arpão I e II. Localizadas em pontos estratégicos de estrangulamento nos rios Solimões e Negro, essas bases permitem que o faro canino seja aplicado de forma sistemática em embarcações que descem em direção à capital. Segundo do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025), a atuação integrada da CIPCÃES com as Bases Arpão potencializa as apreensões, reduzindo significativamente o volume de drogas que flui para a região Sudeste do Brasil. Este modelo de policiamento de bloqueio ininterrupto transforma a dinâmica do combate ao tráfico, forçando o crime organizado a buscar rotas alternativas menos eficientes e mais custosas.

Os resultados obtidos em 2025 demonstram que os cães farejadores possuem uma eficiência técnica que supera largamente a capacidade de inspeção puramente humana em ambientes confinados. Em embarcações regionais, onde a carga é diversificada e escondida em compartimentos de difícil acesso, o binômio cinotécnico realiza vistorias precisas em poucos minutos. De acordo com de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), os cães farejadores apresentam elevada eficiência na detecção de substâncias ilícitas, armas e munições, tornando-se peças-chave na segurança pública do Amazonas. A produtividade registrada pela Secretaria de Segurança Pública indica que a maioria das grandes apreensões em 2024 e 2025 teve a indicação positiva de um cão como ponto de partida para a localização do material.

A redução do fluxo de drogas para outros estados é um dos resultados mais expressivos da atuação da CIPCÃES na calha do Rio Solimões. Ao interceptar o entorpecente ainda em solo (ou águas) amazonense, a Polícia Militar impede o abastecimento de facções criminosas que operam em grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) afirmam que o impacto dessa atuação regional reflete diretamente na redução dos índices de criminalidade e violência na região Sudeste. Portanto, a CIPCÃES atua como uma barreira de contenção nacional, protegendo não apenas o Amazonas, mas todo o território brasileiro contra a expansão do narcotráfico transnacional que utiliza a rota amazônica.

10

A logística empregada pela CIPCÃES nas operações fluviais exige um alto nível de especialização e resistência tanto do policial quanto do animal. As missões embarcadas duram semanas, expondo o binômio a condições climáticas extremas e ao estresse do ambiente fluvial, o que demanda um treinamento de manutenção rigoroso. Conforme observado por de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), o papel dos cães farejadores nas bases fluviais foi fundamental para os resultados operacionais obtidos ao longo de 2025, especialmente na detecção de odores em ambientes saturados. A capacidade de manter o foco em meio ao ruído de motores e odores de combustível é o que diferencia o cão da CIPCÃES de outros animais domésticos, evidenciando o acerto no investimento público em cinotecnia.

Além do aspecto repressivo, os resultados apontam para uma economia de recursos públicos, visto que o cão de faro diminui a necessidade de desmontagens desnecessárias em embarcações lícitas. Quando o cão realiza uma varredura negativa, a autoridade policial tem maior segurança para liberar a carga sem causar prejuízos ao comércio regional. Segundo Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025), a indicação canina, quando acompanhada de outros elementos indiciários, configura a fundada suspeita necessária para a realização de buscas mais

intrusivas. Essa precisão técnica evita o desgaste institucional e garante que o aparato estatal seja focado exclusivamente em alvos reais, otimizando o tempo de serviço e a produtividade das equipes de fiscalização fluvial.

As estatísticas de 2025 mostram que o Amazonas se manteve como o estado líder na região Norte em termos de apreensões, o que está diretamente ligado ao uso intensivo da CIPCÃES. A integração entre inteligência e ação canina permitiu a desarticulação de laboratórios e depósitos clandestinos localizados em áreas de mata nas proximidades das bases. de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) reforçam que o emprego de cães policiais contribui decisivamente para o aprimoramento das ações de enfrentamento ao crime no estado do Amazonas. O prejuízo bilionário causado às organizações criminosas é o principal indicador de sucesso dessa política, demonstrando que a repressão qualificada é a ferramenta mais eficaz para desestabilizar a logística do tráfico.

Outro ponto relevante observado nos resultados é a versatilidade das raças utilizadas, como o Pastor Belga Malinois, que se adapta perfeitamente ao terreno amazônico. A resistência física desses animais permite que participem de incursões em matas fechadas e portos flutuantes sem queda no rendimento olfativo. De acordo com de Lima Dantas, Müller e Araújo (2022), o uso de cães no trabalho policial, especialmente para detecção de entorpecentes pelo faro, deve ser compreendido dentro de uma base teórica de adestramento técnico especializado. A escolha correta do material biológico (o cão) é o que garante que as estatísticas de apreensão continuem em patamares elevados, mesmo com o aumento da sofisticação dos métodos de camuflagem das drogas.

11

Os dados revelam ainda que a atuação da CIPCÃES nas Bases Arpão exerce um papel inibidor sobre o transporte de pequenas e médias quantidades de drogas por passageiros comuns. A presença constante do binômio nas rampas de acesso e nos salões das embarcações desencoraja a modalidade de transporte conhecida como "mula". Júnior et al. (2025) destacam que as transformações na geopolítica do tráfico exigem que o Estado ocupe esses espaços estratégicos para desencorajar a participação da população local no ilícito. Portanto, os resultados da CIPCÃES possuem uma dimensão preventiva, retirando do cotidiano ribeirinho a facilidade de trânsito de substâncias proibidas em embarcações de linha regular.

A consolidação da CIPCÃES como unidade independente em 2005 permitiu uma gestão de recursos voltada exclusivamente para a excelência do serviço cinotécnico. O aumento gradativo no número de cães certificados e policiais capacitados reflete-se diretamente na

quantidade de horas de operação nas Bases Fluviais. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) afirmam que o objetivo central do emprego de cães é o aprimoramento das ações de segurança pública no Amazonas, o que é plenamente corroborado pelos relatórios de produtividade. A especialização permitiu que a PMAM passasse a ser referência nacional no treinamento de cães de detecção para ambientes de selva, exportando conhecimento para outras forças de segurança do Brasil.

3.2. Geopolítica do Narcotráfico e a Resposta Tática da Cinotecnia

A discussão sobre os resultados não pode ser dissociada da análise geopolítica da região amazônica, que serve como principal corredor de escoamento para a cocaína andina. O Amazonas possui fronteiras porosas com Peru e Colômbia, os maiores produtores mundiais, o que coloca a PMAM em uma posição de defesa nacional. Júnior et al. (2025) argumentam que a proximidade com esses países e a vasta rede hidrográfica tornam a Amazônia estratégica para o escoamento internacional de drogas. Nesse cenário, a CIPCÃES atua na linha de frente, realizando a interceptação tática de cargas que seriam virtualmente indetectáveis sem o uso da tecnologia sensorial dos cães farejadores.

A adaptação constante das organizações criminosas exige que a Polícia Militar também evolua em suas táticas de abordagem e busca. O tráfico utiliza-se de embarcações de fundo falso e até submersíveis improvisados para tentar burlar a fiscalização nas calhas dos rios Solimões e Negro. Segundo Júnior et al. (2025), os rios funcionando como rodovias sujeitas a cheias e estiagens impõem desafios que tanto criminosos quanto forças de segurança precisam superar. A resposta tática da CIPCÃES tem sido a descentralização das equipes, permitindo que o faro canino esteja presente em diferentes municípios simultaneamente, cobrindo uma área de atuação continental com precisão cirúrgica.

Um resultado fundamental desta pesquisa é a constatação de que o narcotráfico no Amazonas alimenta uma cadeia de crimes conexos, como a pirataria nos rios e os crimes ambientais. A CIPCÃES, ao realizar apreensões de drogas, frequentemente localiza armas de grosso calibre e munições que seriam usadas em ataques a embarcações civis. De acordo com de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), os cães farejadores são eficientes não apenas na detecção de narcóticos, mas também na localização de armamentos escondidos. Essa polivalência operacional amplia o espectro de segurança garantido pela unidade, transformando o cão policial em um instrumento de combate ao crime organizado em suas múltiplas facetas.

A discussão jurídica sobre o uso de cães farejadores também ganha relevo nos resultados apresentados, visto que a legalidade da prova é o que garante a condenação dos envolvidos. A doutrina policial e a jurisprudência têm caminhado para validar a indicação canina como fundamento para a busca pessoal e veicular qualificada. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) asseveram que o emprego desses semoventes deve observar os limites impostos pelos direitos e garantias fundamentais para assegurar a validade probatória. Os resultados mostram que as prisões efetuadas pela CIPCÃES possuem altos índices de ratificação judicial, graças ao treinamento que foca na clareza do alerta dado pelo cão, evitando margens de erro interpretativo.

A análise da produtividade da CIPCÃES revela que o estado do Amazonas é o 6º que mais apreende drogas no país, liderando o ranking da região Norte. Este dado é reflexo direto de uma política de segurança que prioriza o policiamento especializado em detrimento apenas do policiamento genérico. Segundo dados citados por Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025), essa posição de liderança é fruto do investimento em treinamento de cães policiais para ações integradas do sistema de segurança. A discussão aponta que a eficiência da PMAM está intrinsecamente ligada à sua capacidade de mobilizar binômios cinotécnicos para áreas remotas com agilidade, utilizando o modal aéreo e fluvial de forma coordenada.

13

O impacto da cinotecnia também é sentido na redução da sensação de impunidade nas cidades do interior do Amazonas que serviam apenas como entrepostos de passagem. A presença da CIPCÃES em operações como a Hórus e nas Bases Arpão comunica à criminalidade que não existem zonas de exclusão para o estado. Júnior et al. (2025) destacam que o cenário amazônico favorece a expansão do tráfico e dificulta políticas públicas, mas a repressão integrada tem mostrado resultados na contenção desse avanço. A discussão reforça que o cão policial é a representação física da presença estatal em locais onde a tecnologia eletrônica de monitoramento muitas vezes falha por falta de conectividade ou energia.

A formação do binômio policial-cão é discutida como um processo de simbiose tática que vai além do simples adestramento mecânico. O condutor precisa ter profundo conhecimento do comportamento canino para interpretar sutilezas na mudança de postura do animal durante uma varredura. Segundo de Lima Dantas, Müller e Araújo (2022), o suporte na pesquisa bibliográfica mostra que a base teórica descreve o uso do cão pelas unidades policiais brasileiras como um processo de treinamento mútuo. Os resultados indicam que equipes com maior tempo de convivência e treinamento integrado possuem índices de acerto superiores, o

que justifica a política de permanência prolongada dos policiais nas unidades especializadas.

A discussão sobre o custo-benefício do emprego canino revela que, apesar do investimento inicial em canis e transporte, o retorno social e financeiro é imenso. Uma única apreensão de tonelada de entorpecente paga, teoricamente, anos de manutenção de toda a CIPCÃES, considerando o valor de mercado das substâncias ilícitas. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) afirmam que a atuação da CIPCÃES é um elemento estratégico para a redução do fluxo de drogas para o mercado consumidor. Portanto, a discussão valida o investimento contínuo na unidade, sugerindo que a ampliação do plantel de cães farejadores é a via mais racional para o enfrentamento ao tráfico em larga escala na região.

Por fim, os resultados apontam para a necessidade de padronização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da CIPCÃES para garantir a uniformidade das ações em todo o território. A discussão sobre a doutrina da cinotecnia policial no Amazonas mostra que a unidade já possui protocolos maduros, mas que precisam de constante atualização frente às novas tecnologias de ocultação. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) lembram que a indicação canina deve ser interpretada como prova pericial em potencial. Essa maturidade institucional permite que a CIPCÃES não seja apenas uma unidade de apoio, mas uma protagonista no planejamento estratégico da Polícia Militar do Amazonas para a próxima década.

3.3. Aspectos Legais, Probatórios e a Legitimidade das Intervenções Caninas

A discussão sobre a validade das provas obtidas por meio de cães farejadores é fundamental para compreender como os resultados operacionais se transformam em resultados judiciais efetivos. A indicação do cão, conhecida no meio técnico como "alerta", serve como base para a superação da inviolabilidade de domicílio ou de veículos em casos de flagrante delito. Segundo Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025), o tratamento doutrinário da indicação canina como prova exige que o uso dos semoventes se compatibilize com os parâmetros legais vigentes. Os resultados deste estudo demonstram que a CIPCÃES atua com absoluto rigor técnico para evitar a anulação de provas, garantindo que o trabalho policial resulte em punição efetiva para os criminosos.

Um aspecto discutido com frequência nos tribunais e que reflete na atuação da CIPCÃES é a definição de fundada suspeita para o uso do cão. A legislação brasileira exige que a busca não seja arbitrária, e os resultados operacionais mostram que o binômio é empregado preferencialmente em locais de inteligência prévia ou pontos de fiscalização obrigatória.

Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) asseveram que o emprego de cães farejadores deve observar os limites impostos pelos direitos e garantias fundamentais para evitar questionamentos sobre a legalidade das buscas. Essa cautela jurídica é o que permite que as toneladas de drogas apreendidas nas Bases Arpão sejam utilizadas como provas robustas em processos de tráfico internacional de drogas.

A discussão sobre a validade da "prova viva" que é o cão exige que a corporação mantenha registros detalhados dos certificados de treinamento e saúde de cada animal. Em caso de questionamento judicial, a CIPCÃES pode comprovar a expertise do semovente, atestando que sua indicação possui fundamentação científica baseada no condicionamento operante. Conforme explicam de Lima Dantas, Müller e Araújo (2022), o treinamento desses animais e de seus parceiros humanos é o que confere credibilidade ao resultado final da detecção. Os resultados indicam que a transparência sobre os métodos de treinamento da CIPCÃES tem contribuído para a aceitação pacífica do uso de cães como ferramenta legítima de investigação criminal.

A integração da CIPCÃES com as forças de segurança de outros estados e países também é um resultado discutido nesta pesquisa. O compartilhamento de informações sobre odores sintéticos e novas misturas químicas de entorpecentes permite que o treinamento dos cães seja atualizado em tempo real. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) reforçam que o emprego de cães policiais contribui para o aprimoramento contínuo das ações de enfrentamento ao crime organizado no Amazonas. Essa cooperação técnica garante que a CIPCÃES permaneça eficaz mesmo diante da evolução química das drogas, mantendo o faro treinado para as variações mais sutis de substâncias entorpecentes.

A discussão sobre a inviolabilidade do domicílio em embarcações é um ponto central para as operações fluviais da CIPCÃES. Como muitos barcos funcionam como moradia para os tripulantes na Amazônia, a atuação policial deve ser precisa para não ferir preceitos constitucionais. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) discutem conceitos como inviolabilidade de domicílio e prova ilícita no contexto do uso de cães farejadores. Os resultados mostram que o uso do cão em áreas comuns das embarcações para detectar odores que emanam de compartimentos privados é uma técnica que preserva a legalidade, permitindo a atuação policial diante da evidência sensorial de crime em curso.

Outro ponto de discussão é o impacto psicossocial da presença do cão policial nas comunidades ribeirinhas durante as abordagens. Diferente do uso de armas de fogo, o cão é

visto como uma ferramenta de alta tecnologia que gera admiração e respeito, facilitando a interação entre a polícia e o cidadão de bem. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) afirmam que o objetivo central de compreender o emprego desses cães passa também pela análise de sua aceitação social como peça-chave na segurança. Os resultados indicam que a CIPCÃES contribui para humanizar o policiamento ostensivo, sem perder a autoridade e a capacidade de repressão necessária contra o criminoso.

O monitoramento dos índices de apreensão por calha de rio permite que o comando da CIPCÃES direcione os binômios para as áreas de maior incidência criminal de forma sazonal. Durante a vazante dos rios, por exemplo, o trânsito de drogas muda para embarcações menores e mais rápidas, exigindo uma tática diferente do uso em grandes navios motores. Júnior et al. (2025) destacam a necessidade de ações integradas entre governos e forças de segurança para responder a essas mudanças ambientais. Os resultados demonstram que a CIPCÃES possui flexibilidade operacional para se adaptar a essas variações geográficas, mantendo a produtividade constante independente da época do ano ou do nível das águas.

A discussão final sobre os resultados operacionais da CIPCÃES reafirma o papel do Amazonas como um laboratório de excelência em policiamento ambiental e fluvial. O sucesso das apreensões em 2025 serve de modelo para outras regiões do mundo que enfrentam desafios similares de monitoramento de fronteiras naturais. Do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025) concluem que a atuação integrada da unidade é fundamental para desarticular as rotas primárias de tráfico que sustentam o crime organizado nacional. Os dados discutidos comprovam que a potencialização da efetividade da Polícia Militar do Amazonas passa, invariavelmente, pelo fortalecimento institucional e técnico da Companhia Independente de Policiamento com Cães.

A eficácia demonstrada nos resultados e na discussão aponta para um futuro onde o binômio homem-cão será cada vez mais integrado à tecnologia de inteligência artificial e monitoramento por drones. A combinação do faro biológico com a vigilância eletrônica promete elevar as taxas de interceptação de drogas a níveis ainda mais expressivos nos próximos anos. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) ressaltam que o aprimoramento das ações de segurança depende dessa evolução constante das técnicas e ferramentas disponíveis. Assim, a CIPCÃES se mantém na vanguarda da segurança pública amazônica, garantindo que o estado cumpra seu papel de sentinela contra o narcotráfico transnacional com eficiência, legalidade e resultados concretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu confirmar que a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCÃES) desempenha um papel fundamental e estratégico na estrutura de segurança pública do Amazonas. Diante de uma geografia marcada por rios extensos e fronteiras porosas, o binômio cinotécnico provou ser a ferramenta mais eficaz para a detecção de narcóticos em ambientes de difícil monitoramento. Conforme observado por de Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025), a elevada eficiência dos cães na localização de substâncias ilícitas e armamentos consolida a unidade como uma peça-chave no enfrentamento à criminalidade. Assim, conclui-se que o investimento na cinotecnia não é apenas uma escolha tática, mas uma necessidade imposta pelas particularidades da região amazônica.

Os resultados operacionais discutidos, especialmente no contexto das Bases Fluviais Arpão I e II, demonstram que a integração entre a CIPCÃES e as demais forças de segurança potencializa os índices de apreensão de forma exponencial. A redução do fluxo de entorpecentes que teria como destino outras regiões do Brasil evidencia o impacto nacional do trabalho realizado pela Polícia Militar do Amazonas. Segundo do Carmo Filho, Silva e Rêlo (2025), essa atuação estratégica é determinante para desarticular as rotas primárias de tráfico, gerando prejuízos vultosos às organizações criminosas. Portanto, a presença dos cães farejadores nos eixos fluviais de escoamento é o diferencial que permite ao Estado exercer o controle territorial necessário sobre as águas do Solimões e do Rio Negro.

No que tange aos aspectos jurídicos, restou demonstrado que o emprego dos semoventes pela CIPCÃES ocorre sob estrito rigor técnico, garantindo a legalidade e a validade probatória das evidências colhidas. A indicação canina, fundamentada em treinamento científico e protocolos de odorologia, fornece o suporte necessário para a configuração da fundada suspeita em abordagens policiais. Barbosa, de Aguiar e de Jesus (2025) asseveram que o uso desses animais deve sempre respeitar os limites dos direitos e garantias fundamentais para assegurar que o trabalho policial seja ratificado pelo Poder Judiciário. Essa harmonia entre a técnica cinotécnica e o ordenamento jurídico é o que confere longevidade e credibilidade às operações de repressão ao narcotráfico conduzidas pela corporação.

A discussão sobre a geopolítica do tráfico na Amazônia reforçou que o Estado precisa de ferramentas dinâmicas para enfrentar facções que se adaptam constantemente às variações ambientais da floresta. Os rios, funcionando como rodovias naturais, exigem que a polícia

possua mobilidade e precisão, características intrínsecas ao trabalho realizado pelos cães da CIPCÃES. Júnior et al. (2025) destacam que a proximidade com países produtores torna a região estratégica, exigindo respostas integradas e especializadas para conter o avanço do tráfico transnacional. Os resultados aqui apresentados validam a hipótese de que a CIPCÃES supre as limitações tecnológicas humanas, atuando como um multiplicador de forças essencial para a preservação da soberania nas fronteiras.

O estudo também evidenciou a importância da qualificação contínua dos policiais militares que compõem os binômios, uma vez que o sucesso das apreensões depende da simbiose entre condutor e cão. A base teórica que descreve o uso do cão pelas unidades policiais brasileiras, como apontado por de Lima Dantas, Müller e Araújo (2022), ressalta que o treinamento especializado é o que garante a confiabilidade do serviço prestado à sociedade. É imperativo que o Estado continue a investir em infraestrutura de canis, aquisição de novas linhagens genéticas e cursos de especialização para manter o padrão de excelência alcançado. O fortalecimento institucional da CIPCÃES reflete diretamente na redução dos índices de violência urbana, uma vez que o combate ocorre na origem do transporte de drogas.

Por fim, esta pesquisa não esgota o tema, mas oferece um diagnóstico robusto sobre a efetividade da cinotecnia no combate ao crime organizado no Amazonas. Recomenda-se a expansão das equipes da CIPCÃES para outras calhas de rios e municípios fronteiriços que ainda carecem de fiscalização especializada constante. De Oliveira, Miyadaira e de Aguiar (2025) concluem que o emprego de cães policiais é um avanço necessário para o aprimoramento das ações de segurança pública no estado. Em última análise, a CIPCÃES reafirma sua missão como guardião das fronteiras fluviais, demonstrando que a combinação entre a inteligência humana e a sensibilidade canina é o caminho mais eficaz para uma Amazônia mais segura e protegida contra o narcotráfico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Gabriel Ferreira; DE AGUIAR, Denison Melo; DE JESUS, Marcos Marinho Santiago. ASPECTOS LEGAIS E PROBATÓRIOS DO USO DE CÃES FAREJADORES DE DROGAS NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, v. 11, n. 2, p. 9011-9031, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/653>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DE LIMA DANTAS, George Felipe; MÜLLER, Rodrigo; ARAÚJO, Maria Paula. Considerações básicas sobre a utilização de cães de faro. Revista do Instituto Brasileiro de

Segurança Pública (RIBSP), v. 5, n. 11, p. 160-187, 2022. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/125>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DE OLIVEIRA, Victor Freire; MIYADAIRA, Fernando Yukio; DE AGUIAR, Denison Melo. O Papel do Policiamento com Cães Farejadores no combate à Criminalidade no Estado Do Amazonas. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, v. 4, n. 2, p. 1522-1540, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/546>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DO CARMO FILHO, Celso Luiz; SILVA, Jônatas Torres da; RÊLO, Saulo de Carvalho. O impacto da atuação da companhia independente de policiamento com cães da Polícia Militar do Amazonas com seus cães detectores de substâncias entorpecentes para redução dos índices de apreensões narcóticas na região sudeste do Brasil. *RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 2, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1318>. Acesso em: 10 fev. 2026.

JÚNIOR, Valmir Gomes Benayon et al. GEOPOLÍTICA DO TRÁFICO DE DROGAS NO AMAZONAS. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, v. 4, n. 2, p. 1400-1433, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/514>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. Dados Estatísticos da Segurança. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/ssp-dados/>. Acesso em: 10 fev. 2026.